

DA DITADURA À DISTOPIA: A *NOVA ORDEM*, DE BERNARDO KUCINSKI, NO CONTEXTO DA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Jéssica Catharine Barbosa de Carvalho¹
Jivago Araújo Holanda Ribeiro Gonçalves²

RESUMO: Neste estudo, é analisado o romance *A nova ordem* (2019), de Bernardo Kucinski, situando-o no contexto de obras literárias brasileiras contemporâneas que tematizam sociedades sob regimes autoritários. São discutidos os conceitos de necropolítica e biocapitalismo para compreender que a forma distópica, tal como criada por Kucinski, conjuga neoliberalismo e autoritarismo: binômio de sustentação da ditadura militar que aparenta recrudescer no presente histórico de nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: *A nova ordem*; Autoritarismo; Ditadura. Distopia.

ABSTRACT: In this study, the novel *A Nova Ordem* (2019), by Bernardo Kucinski, is analyzed first being placed it in the context of contemporary Brazilian literary works that thematize societies under authoritarian regimes. Then, the concepts of necropolitics and biocapitalism are brought forth to show that the dystopian form, as created by Kucinski in this novel, combines neoliberalism and authoritarianism: a binomial that supported military dictatorship and seems to resurface in the historical present.

KEYWORDS: *A nova ordem*; Authoritarianism; Dictatorship; Dystopia.

Introdução

A literatura brasileira contemporânea, entendida sob o conceito de Regina Dalcastagné (2012) como as produções literárias publicadas a partir da década de 1960, tem em seu histórico diversas publicações que constroem o diálogo entre ficção e realidade, sendo a arte literária compreendida como uma “possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo, de se fazer visível dentro dele” (DALCASTAGNÉ, 2012, p. 7), ou seja, arregimentando uma gama de poder social que pode se manifestar e questionar o mundo a partir da escrita. Nesse processo, temos escritores e obras que refletem a respeito de momentos variados da história nacional, entre eles, o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).

¹ Doutoranda em Letras na Universidade Federal do Piauí.

² Doutorando em Letras na Universidade Federal do Piauí.

O tema da ditadura tem ganhado fôlego novamente na produção literária nacional, assim como tem ocupado as páginas de pesquisas acadêmicas voltadas para as produções literárias recentes: nos últimos anos, algumas revistas têm dedicado dossiês inteiros às reflexões envolvendo literatura e ditadura, entre as quais podemos citar os números 43 (2014) e 60 (2020) de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, o número 17 (2016) da Revista Teresa, entre outras. Em todas elas, é preciso destacar, as obras de Bernardo Kucinski estão presentes e demonstram um projeto literário consistente em torno da discussão a respeito da ditadura no Brasil.

Além da produção de Kucinski, a literatura brasileira contemporânea está repleta de autores e obras que refletem a respeito do período, entre elas, é possível destacar *As meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles, *Os que bebem como os cães* (1975), de Assis Brasil, *Batismo de sangue* (1982), de Frei Beto, *Primeiro de abril* (1994), de Salim Miguel; e, mais recentemente, *A resistência* (2015), de Julián Fuks, *A noite da espera* (2017), de Milton Hatoum, *O corpo interminável* (2019), de Cláudia Lage, entre tantos outros títulos que propõem um olhar mais atento ao passado nacional, dialogando também com o presente e a forma como a sociedade vem se desenvolvendo, predisposta ou não a aprender com o seu passado e impedir que se repita o contexto de violência institucional contra grupos que se opõem ao governo. Nesse sentido, o campo literário faz parte das instituições que se insurgem contra o esquecimento:

Sabe-se que, contrariamente a outros países da América Latina, a exemplo da Argentina, o Estado brasileiro recusou-se a fazer o trabalho de desconstrução do simbolismo autoritário dos atores da ditadura. Por conseguinte, seus representantes não se empenharam em investir na criação de lugares de memória, entendidos como arquivos da memória traumática que expõem a barbárie e bloqueiam o trabalho do esquecimento (Nora, 1997, p. 38). Em vez disso, reprimiu a memória do trauma e promulgou a Lei da Anistia “ampla e irrestrita”, que construiu o amálgama entre torturadores e vítimas, imputando a ambos a mesma culpabilidade. Na contramão dessa tendência, uma parcela significativa da produção artística e literária brasileira vem se dedicando a reacender a memória de um tempo de sombras de onde emergem os espectros da violência para nos aterrorizar no presente. O campo literário participa desse trabalho de questionamento e revisão histórica, denunciando a herança da violência no cotidiano, contribuindo, dessa maneira, para transformar o cenário simbólico (OLIVIERI-GODET; GARCÍA, 2020, p. 1).

A Nova Ordem, publicado em 2019 por Bernardo Kucinski, narra os acontecimentos posteriores à ascensão de um regime militar no Brasil pós-2018, descrevendo segmentos sociais e suas transformações após ações do governo para a construção de uma nova sociedade, baseada na homogeneidade e em princípios pretensamente cristãos que excluem grande parte dos grupos de indivíduos que compõem a população brasileira. Na obra, os personagens são construídos

com pouca complexidade, sendo o foco o contexto, a ambientação, as estratégias de controle e as mudanças sociais praticadas pela instituição dos Éditos, que promovem a construção de um país baseado nas concepções da Nova Ordem. O protagonista é o militar Ariovaldo, que busca uma fórmula para ler e compreender o sonho dos humanos, contribuindo para o fortalecimento da Nova Ordem e levando o leitor ao conhecimento das práticas e estratégias dos grupos dominantes para o estabelecimento de um governo autoritário, controlador e genocida.

O romance de Kucinski, uma distopia, é analisado a partir da compreensão do autoritarismo brasileiro, assim como apresentado por Lilia Schwarcz (2019), que afirma a presença desse autoritarismo em toda a história nacional. Além disso, também será tratado o modo como a obra pode ser compreendida pelo conceito de necropolítica, de Achille Mbembe (2019), que defende a ideia de que o Estado tem manifestado a sua soberania a partir do poder revelado pelo direito de decidir quem deve ou não viver ou morrer.

Por fim, também é possível analisar a obra a partir do conceito de biocapitalismo (NEGRI, 2015), entendido como estratégia de controle sobre grupos perseguidos pela Nova Ordem. Tudo isso é articulado à compreensão da narrativa entre aquelas que são permeadas pela ideia de democracia, que também é discutida como algo passível de ser perdido e/ou transformado por meio das ações de grupos que se instalam no poder, seja por meio de golpes de estado articulados ou mesmo através de medidas democráticas em sociedades em momentos de crise.

1. Literatura e arquivo: Brasil distópico como herança do esquecimento em *A nova ordem*

José Murilo de Carvalho afirma que há, pelo menos, dois pontos negativos remanescentes após o encerramento do regime militar que durou entre os anos de 1964 e 1985, deixando as portas abertas para a consolidação de novos governos autoritários: “Do lado militar, continuava a insistência em não reconhecer os abusos praticados durante a ditadura e a resistência em abrir os arquivos pertinentes à repressão”, (CARVALHO, 2019, p. 153), algo que não aconteceu na Argentina e no Chile, por exemplo, onde os governos lamentaram publicamente e puniram judicialmente os excessos praticados; além disso, no Brasil, “Do lado civil, persistia a postura oportunista dos políticos no que se refere à recusa de se envolverem no debate e nas decisões sobre problemas de defesa nacional e a hostilidade dos que guardavam más lembranças da ditadura”. O resultado disso foi uma cortina de fumaça espessa que não apagou as violências praticadas, tampouco impede que venham emergir outras formas de autoritarismo³.

³ No Brasil, houve a construção do relatório da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (1996-2007), além da Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei nº 12.528/2011, entre os anos de 2012 e 2014. Essas foram duas maneiras de impedir o esquecimento e desenvolver um trabalho que conservasse a memória e o arquivo deste passado, ainda que fossem ações tardias. A Lei da Anistia de 1979 impediu a criação de instrumentos de justiça que se opusessem à destruição da memória envolvendo a ditadura e suas violências, deixando o país submerso neste passado ao mesmo tempo em que agonizava por libertar-se dos vestígios que o empurravam cada

Nas narrativas contemporâneas que trazem o tema da ditadura, algumas delas citadas anteriormente, observa-se uma constante mirada na vida de sujeitos comuns, mas que são apresentados inseridos em realidades nas quais os mecanismos do Estado se movimentam lentamente e progressivamente em um processo de supressão das liberdades individuais e sociais, até o ponto em que é possível identificar um homem preso e torturado, como em *Os que bebem como os cães*, de Assis Brasil; ou uma mulher desaparecida deixando apenas a dor da perda em sua família, narrado em *K.: relato de uma busca*, de Kucinski. Em alguma medida, os textos convergem para a ideia de que grandes transformações sociais, ao se concretizarem, impossibilitam reações para que cessem antes de tomarem um espaço e um poder que dite o direito à vida. A literatura tem se tornado um suplemento para a história, que ainda se debate com os instrumentos que operam a favor do esquecimento: o texto literário traz um contexto vil e repulsivo a partir de perspectivas que os documentos oficiais não conseguem transmitir:

A contrapelo da história e do controle econômico de grupos conservadores, essa função catártica tem sido desempenhada pela literatura. Sejam obras escritas no calor do momento ou ficções e relatos produzidos mais de trinta anos após a redemocratização, o conjunto desses textos representa não apenas um acervo das feridas e cicatrizes infringidas pelo aparelho repressor durante os anos de exceção, mas pode ser visto com igual potência desestabilizadora como manifestação de uma semântica própria da memória da ditadura (LICARIÃO, 2018, p. 61).

A Nova Ordem, de Kucinski, não aborda diretamente a ditadura civil-militar iniciada em 1964, como ocorre em obras anteriores, como *K.: relato de uma busca*⁴ e *Os visitantes*⁵, no entanto, narra episódios de um país que já passou por esse momento, mas pouco criou medidas para proteger as instituições das novas investidas do autoritarismo. O romance faz parte do que Eurídice Figueiredo denomina como o “trabalho de escavação” que a literatura tem realizado, e “O trabalho de escavação não terminou e a quantidade de livros publicados, sobretudo desde 2010, comprova que o trabalho de elaboração do trauma da ditadura continua.” (FIGUEIREDO,

vez mais pra baixo, possibilitando a rearticulação de grupos autoritários que, hoje, alcançaram novamente o poder.

⁴ Em *K.: Relato de uma busca*, acompanhamos a busca empreendida por K., um judeu exilado no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, quando foi militante contra o nazismo. Ele vê parte de sua história se repetindo na filha Ana, professora universitária sequestrada pela ditadura civil-militar na década de 1970 junto com o marido. K. tem de lidar com o desaparecimento da filha somado à falta de informações a respeito dos seus últimos passos, além de desconhecer a outra vida que a filha levava junto à resistência contra o regime e os elos pessoais construídos por ela antes de seu sequestro, momento em que se casou e viveu próxima à família do marido, também militante contra o governo. Kucinski, nesse romance, resgata ou tenta reconstruir parte da história da própria família: Ana Rosa Kucinski, desaparecida em março de 1974, era sua irmã.

⁵ Em *Os visitantes*, Bernardo Kucinski escreve sobre as visitas inesperadas que recebe em seu apartamento após a publicação de *K.* Cada visitante vem entregar-lhe um ponto de vista sobre sua recém-lançada novela: há uma que o acusa de deturpar a “história real”, um outro que lhe diz não ter gostado do modo como foi representado, e uma amiga de sua irmã relatando como foi difícil ler o livro e não conseguir terminar.

2017, p. 30). Os leitores, nesse sentido, fariam parte do processo de compreensão de um papel social da literatura, além de se transformarem em novas testemunhas para os acontecimentos passados e para os impulsos autoritários do presente.

No entanto, a narrativa de Kucinski constrói um Brasil distópico no qual a ciência e os professores são perseguidos, na criação de um cenário onde o pensamento crítico é o grande desafio para a implantação de um governo autoritário; a economia do país é alterada para um liberalismo baseado em privatizações, extinção de benefícios sociais e desestabilização dos cargos empossados por servidores públicos.

O exercício da prosa em *A nova ordem* não se ocupa com descrições prolongadas ou elucubrações existenciais de personagens moldadas à regra do estado de exceção, o romance é construído a partir de uma descrição pormenorizada do passo-a-passo necessário à instalação e manutenção da Nova Ordem. Há nas páginas do romance um uso militar da linguagem: instruções, descrições, e relatos de metodologias científicas de todo tipo, sem deixar margem para que se possa pensar como possível o cultivo de individualidades naquele meio. E essa impossibilidade é o que motiva a personagem principal, coronel Ariovaldo: conduzir experimentos que amplifiquem o apagamento dos indivíduos ao nível de suas subjetividades, sem, contudo, incapacitá-los ao nível produtivo, como evidencia em sua fala: “Porém que não reduzam o indivíduo a meros robôs. Anular sua individualidade sem anular suas habilidades. Uma façanha científica que faria dele um Freud da Nova Ordem.” (KUCINSKI, 2019, p. 145).

Os inimigos do Estado, criação fundamental para a imposição das medidas de cerceamento e violência, são os utopistas, homens e mulheres que questionam as ações do governo e tentam evitar a progressão do autoritarismo e da repressão no país. Tudo é narrado de forma truncada, em um texto de denúncia que exprime o sentimento de dispersão e falta de entendimento que dominou o Brasil após as eleições de 2018, na qual o presidente eleito defendeu abertamente um Estado repressor. É possível identificar no romance, ainda,

As práticas discriminatórias cotidianas, a exclusão de alguns grupos ao acesso à cultura, à informação, ao conhecimento, ao lazer etc. e, conseqüentemente, a marginalização das minorias, todo um conjunto de práticas que traduz a formação imperialista e patriarcal brasileira, a qual é desenhada no romance a partir do presente. O autoritarismo velado e o contínuo desejo de dominação das elites econômicas são trazidos para o texto literário a partir dos atuais movimentos das estruturas de poder (SILVA, 2020, p. 2-3).

Em diálogo com a análise de Carlos Silva (2020), que atribui ao romance o mérito de trazer para o centro uma cultura patriarcal há anos alimentada no país, compreende-se a própria estrutura da obra como algo que leva o leitor a relacionar ficção e realidade a partir da escrita, que parece ainda estar sendo construída à medida que o texto se desenvolve. Compreendido entre os textos literários que abordam o tema do autoritarismo no Brasil, *A nova ordem* lança elementos que funcionam como uma espécie de alerta, afinal, ao mesclar ficção e realidade,

Kucinski põe em seu texto práticas já concretizadas no país misturadas com outras ações que, vistas nesse contexto, não são impossíveis de acontecer.

Há, assim, a relação desse romance com outras produções literárias anteriores de Kucinski, entre elas, *K.: relato de uma busca* (2011) e *Os visitantes*. O primeiro é caracterizado pelo desespero e pela culpa de um pai em busca da filha desaparecida, do corpo que inexistiu e de medidas de reparação que nunca chegaram; no segundo, o autor escreve sobre as visitas de amigos e conhecidos após a publicação de *K.: relato de uma busca*. *A nova ordem* consolida o projeto estético do escritor⁶ ao retomar as práticas ditatoriais, mas ambientadas no presente. Há a constatação de que a própria literatura pode não ter conseguido sensibilizar ou criar uma realidade distinta dos horrores apresentados nos textos, o que resvala na atmosfera sombria que premeia o novo romance. Silva (2020) afirma que:

Em *A nova ordem* (Kucinski, 2019), o presente denuncia um passado mal resolvido. Aqui, as experiências humanas passadas não parecem ter sensibilizado suficientemente as ações humanas presentes. É revelado aí um problema de representação do passado, na medida em que essa narrativa parece demonstrar que as disputas discursivas anteriores não foram tão exitosas do ponto de vista racional e humanitário (SILVA, 2020, p. 1).

Tendo absorvido a dinâmica “ação-reação” que se dá no campo minado da relação entre história e literatura, o autor decide apostar com o gênero distópico e ir de encontro aos limites da linha tênue entre a história (e agora uma história vivida e transposta ao universo ficcional enquanto se desenrola) e literatura, mas mudando a dinâmica elaborada em obras anteriores: Em *A nova ordem*, personagens não são mais pessoas que um dia viveram e tiveram histórias reais e registros que os identificassem como cidadãos e cidadãs de um país, um emprego, uma comunidade; são antes arquétipos representativos das classes sociais, categorias generalizáveis que permitem rápida identificação de uma superestrutura maior que remete, novamente, à história e à sociedade brasileiras.

Interessante notar que essa dinâmica não foge à uma definição geral do termo distopia tal como o elabora Cuddon (1999), mas a corrobora: “A aparente impossibilidade da utopia (e os muitos fracassos em criá-la) produziu seu reverso: distopia ou antiutopia; em alguns casos, previsões quase quiliásticas da condenação à espera da humanidade”⁷ (CUDDON, 1999, p. 959). A configuração social distópica é, em verdade, a concretização da falência de ideais ou

⁶ Bernardo Kucinski, a partir de suas obras literárias, propõe um projeto literário que amplia o olhar sobre os acontecimentos políticos do Brasil nas últimas décadas. As narrativas são abertamente ficcionais, mas trazem em seu bojo uma experiência pessoal de perda, bem como a compreensão do regime ditatorial sob o ponto de vista dos sobreviventes, desnaturalizando a ideia de que esse regime levou consigo todos os seus malefícios.

⁷ The seeming impossibility of utopia (and the many failures to create it) has produced its conversed: dystopia or anti-utopia; in some cases almost chiliastic forecasts of the doom awaiting mankind. (Do original)

valores ao menos remotamente ligados à história dos conceitos de república e/ou democracia, estes podendo ser lidos como o horizonte utópico no qual se baseiam a urdidura das sociedades ocidentais. Nesse processo de reversão absoluta de valores o que sobra é uma sociedade limitada, mecanizada, autoritária, onde o indivíduo não existe como tal, mas apenas como reproduzidor da dinâmica que o cerceia.

Em *A Nova Ordem*, salta a percepção de que governos autoritários sempre modificam espaços, relações, sentimentos, assim como deixam marcas entre aqueles que sofreram diretamente com as violências, sejam elas físicas ou simbólicas como imposição do pensamento hegemônico. A história não deixa dúvidas quanto a isso e o trabalho midiático é parte importante desse processo. Em momentos de crise,

quando em geral ocorre o empobrecimento de uma parcela significativa da nação, a desigualdade aumenta e a polarização política divide a população — premida por sentimentos de medo, insegurança e ressentimento —, não são poucas as vezes em que se vai em busca de explicações longínquas para problemas que se encontram bem perto. É nesses períodos, ainda, que as pessoas se tornam mais vulneráveis e propensas a acreditar que seus direitos foram vilipendiados, seus empregos, roubados e, por fim, sua própria história lhes foi subtraída (SCHWARCZ, 2019, p. 16).

As portas para o autoritarismo se abrem o suficiente para que ele seja acolhido, sustentado pela crença da população de que há realmente inimigos que devem ser eliminados, grupos e ideias que atrasam o crescimento da nação, ou qualquer outro motivo que explique a violência ou miséria e tantos outros medos que assolam sociedades inteiras em períodos de crise de diversas ordens. É sobre isso que Kucinski discute em *A nova ordem*, no quanto o Brasil está propenso a deixar com que tudo se repita, e talvez de modo mais violento e articulado do que no passado, porque mais consciente, ainda que pouco reflexivo sobre sua história. Nesse sentido, a prosa de B. Kucinski produz um efeito mimético que busca sua matéria-prima no ordenamento *jurídico-social-econômico* das sociedades contemporâneas regidas pela lógica neoliberal.

Não é apenas produto da criação imagética do autor o fato de que ao centro de sua distopia (e desde a capa do próprio romance) testemunhamos toda a operacionalização da Nova Ordem pelos militares. Ao final da leitura, o que fica é o questionamento do quanto estaríamos ou não distantes de ver certo passado emergindo e operando com armas ainda mais potentes para a concretização de seu projeto de sociedade e eliminação de grupos indesejáveis.

Convém lembrar um alerta paradigmático de Massaud Moisés (2012) ao comentar a importância da literatura, sobretudo ao deter-se na relevância dos romances e sua relação com seu entorno social: “Por ser o romance a recriação da realidade é que os ficcionistas se têm mostrado sensíveis ao tema da sociedade em decadência: quando tudo parece desmoronar é que mais se faz necessária a tarefa do romancista” (MOISÉS, 2012, p. 389). É o entendimento desse

alerta que parece animar a escrita de Bernardo Kucinski, a qual parece ser tomada de uma urgência: sem dúvida impelida pelo momento presente, vem à tona como um libelo, pronta a fazer frente àquilo que tematiza em suas próprias páginas.

2. Necropolítica e biocapitalismo em *A Nova Ordem*

Em *A nova ordem* Kucinski narra ao leitor a construção de bases para a formação de sujeitos dóceis o suficiente para que a repressão se instale com tanto vigor quanto seja possível, sem desencadear grandes confrontos fora do âmbito puramente ideológico. A Nova Ordem o faz a partir do extermínio gradativo da população, inclusive fazendo crer na inutilidade de determinados grupos de pessoas que estariam subvertendo uma ordem no país. Instala-se uma ditadura violenta para professores, intelectuais, gays e transexuais, padres, moradores de rua, mas não para um contingente populacional que admite unir-se às ideias do governo. O personagem central, Ariovaldo, sente-se livre para buscar estratégias para tornar os intentos do grupo repressivo ainda mais rápidos: “Erigiui, então, um novo objetivo para si ainda mais ambicioso do que a captura dos sonhos: nada mais nada menos que produzir mentes dóceis, desprovidas de paixões e inquietações, mentes passivas, que apenas retenham o que lhe é dado.” (KUCINSKI, 2019, p. 145).

A sociedade se torna anestesiada para as mudanças que se sucedem na narrativa, seja o cessar de benefícios sociais, as mudanças bruscas na economia, as reformas na educação, a desarticulação das universidades; seja ações abertamente violentas, como o extermínio de grupos populacionais, antes feito de forma velada, mas logo aceito pela população, quando se conquista poder suficiente para fazê-lo sem qualquer receio:

- Lembro que a operação Cátedra e outras de mesma época foram preparadas e executadas em sigilo, a operação Sodoma de eliminação dos gays, também.
- Porque era preciso pegá-los de surpresa. Hoje vivemos uma ordem institucional, a Câmara de Notáveis funciona, o Supremo também, devidamente expurgado, os éditos da Nova Ordem estão incorporados à lei ordinária.
- Mesmo assim, general, com todo respeito... que tal anunciar como uma ação de pequena monta, de rotina? Sem alarde? Talvez taticamente seja melhor.
- Ao contrário, coronel, quanto mais alarde melhor. E sabe por quê? Porque ao se ver livre dos moradores de rua, a população aceitará depois a remoção de outras categorias de indesejáveis. (KUCINSKI, 2019, p. 125).

A certeza da adesão da população ao extermínio de determinados grupos ilustra o modo como um Estado repressor e políticas totalitárias podem ser praticadas sem ressalvas após a consolidação de seus ideais, o que Mbembe (2018) apresenta como *necropolítica*, estratégia de controle em que o Estado mantém sua soberania por meio das políticas da morte. Retomando Michel Foucault e suas proposições sobre o biopoder, a análise ensaística de Mbembe situa o

Estado enquanto gestor da morte: a política, entendida como a negociação aberta à participação dos indivíduos visando a configuração do comum, se transforma então em *necropolítica*, onde o Estado soberano delimita as possibilidades de sobrevivência a partir de uma série de mecanismos de controle, e que remetem a episódios como as colonizações europeias, ao nazismo, ou ao próprio *apartheid* na África do Sul. A soberania, nas palavras do autor, é: “a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é.” (MBEMBE, 2016, p. 135).

Em relação à produção de Kucinski, o conceito de *necropolítica* pode ser articulado ao fato de que há um olhar crítico que se desenvolve pouco a pouco em seus romances: ele trata primeiro dos traumas impostos pela barbárie militarista e, posteriormente, ela resultará num esforço com caráter de alerta, consolidado em *A nova ordem*, obra marcada pelo projeto genocida dos governantes. Serve como lembrete que, situando a figura militar ao centro, aponta para o resultado provável para uma sociedade que se constitui sob a tutela de dois binômios: capital e autoritarismo / *necropolítica* e autoritarismo.

O romance de Kucinski anuncia sua tese já nas páginas iniciais: ser o retrato de um país de terceiro mundo, assolado pelas mazelas do capital. É mister compreender que Bernardo Kucinski escolhe um subgênero da ficção científica, a distopia, não sem razões: as narrativas que constituem a história dessa forma literária, em maior ou menor grau, sempre se voltaram para a problematização e maximização de traços sociais negativos que, aqui, são potencializados sob a égide do modo de produção capitalista. Dessa maneira, o trânsito entre literatura e sociedade se dá, na distopia, pela retomada de conflitos que dão forma à estrutura social regida através da lógica do capital. O avanço, ou a transfiguração do capitalismo, depende de uma dinâmica de exploração crescente tanto de recursos naturais quanto dos indivíduos que ocupam a base do tecido social. As tensões entre essa demanda incessante e seus resultados práticos nas vidas desses indivíduos é que servem de mote para a criação de distopias. Alguns desses traços são: “Como controlar a industrialização, pobreza disseminada, concentração de riquezas, homogeneidade, uniformidade, transparência e supervisão mútua, abstinência do luxo, supressão do dissenso, e da privacidade, e a intolerância quanto a figuras heréticas.”⁸ (CLAEYS, 2017, p. 274).

Esse aspecto da dominação que se renova visando o aprimoramento de sua eficácia é um fenômeno global que permite entrever o aparelhamento neoliberal das democracias ocidentais⁹. A modernização da Nova Ordem espelha a forma mais acabada do Estado submetido às demandas do capital, isto é: para que o anseio incessante e sempre renovado do avanço capitalista se concretize é preciso que o Estado seja tomado, ou melhor, é preciso que o Estado

⁸ how to control industrialization, widespread poverty, the concentration of wealth, [...]homogeneity, uniformity, transparency and mutual supervision, abstinence from luxury, the suppression of dissent and privacy, and the intolerance of heresy figure. (Nossa tradução do original em inglês)

⁹ Para não adentrarmos no caso da China, que mesmo não sendo uma democracia, ou declarando-se capitalista, alimenta todo esse sistema via exploração de mão de obra e produção desenfreada, reproduzindo assim a mesma lógica.

viabilize através de sua autofagia, representada na destruição das políticas públicas mantenedoras do bem-estar social, a maximização a qual se destina a configuração neoliberal:

Kucinski, por meio de recursos literários e estéticos, constrói uma realidade dura, alienada e irracional, muito próxima a nós. É uma crítica contundente a uma democracia que talvez não tenha conseguido solidificar os ideais do Estado democrático de direito nas raízes da estrutura social. Essa obra literária reflete os ideais políticos e econômicos das forças obscurantistas e atrasadas. O Brasil não é o único exemplo a vivenciar esse cenário. A violência estatal apresentada no romance é um reflexo da própria violência estrutural e da desigualdade social no Brasil e em muitos outros países da América Latina e do mundo, fatores que influenciam na dinâmica da organização político-social (SILVA, 2019, p. 2).

Esses ideais políticos representados em *A nova ordem* dialogam com o viés neoliberal e a biopolítica como pensamento econômico que ditam as ações de grupos hegemônicos. Dardot e Laval (2016) esclarecem: “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a toda as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). O não-dito nessa definição de neoliberalismo, ou sua zona de indeterminação é como se opera essa modulação social em larga escala. No caso do Brasil, ou, se quisermos, no caso da Nova Ordem, a única maneira de viabilizar essa demanda é através do estado de exceção ou do estado democrático de direito que se isenta por completo da responsabilidade de um governo *para* indivíduos e, portanto, serve apenas como um significativo vazio incapaz, ou sem interesse, em renomear-se. Ora, se garantias individuais e interesse coletivo já não fazem parte da equação governo/sociedade, há aí um campo aberto para que as instituições remanescentes operem segundo concepções próprias concernentes aos seus limites éticos, e é neste ponto que a força e o autoritarismo ganham papel de relevo.

Destarte, Kucinski opta por erigir sua narrativa a partir de duas premissas: 1) as chamadas “instituições” que compõem o Estado e sustentam o contrato social de proteção dos indivíduos e constituem empecilho ao ciclo de retroalimentação do próprio capital e 2) o processo de acúmulo conhecido como capitalismo – e hoje sendo confundido com as práticas que o sustentam, conhecidas em seu conjunto por neoliberalismo – há de encontrar – e parece, no Brasil de 2019, ter encontrado – o seu ápice, devendo assim proceder à uma radicalização de seu funcionamento, de modo que os indivíduos passem a existir apenas em sua função. Na iminência de seus fuzilamentos, discutem o presidente da OAB e um professor universitário:

- Na nova ordem tudo é possível, retruca o catedrático.
- Mas isso é fascismo!

- Chame como quiser; eu digo que vivemos um estado excitado do capitalismo que se manifesta sempre que é preciso refrear os avanços do povo (KUCINSKI, 2019, p. 15).

Se as suposições acima forem acuradas, o teor da crítica literária que se ocupa d' *A nova ordem* transitará por aspectos que retomam temas caros à crítica econômica, política e/ou histórica. Todavia, na análise aqui proposta isso não constitui entrave, mas antes uma imposição. Sob tal ótica, as noções de *necropolítica*, de Achille Mbembe, citada anteriormente, e de *biocapitalismo*, de Antonio Negri, são fundamentais para pensar essa dinâmica política que emana do presente do mundo ocidental e que serve de matéria-prima à narrativa sob análise. Noções, devemos enfatizar, estreitamente complementares: ambas lidam diretamente com um estado avançado do capitalismo que se manifesta através das práticas neoliberais e tem se desenvolvido desde os anos 1970, compreendidas aqui como estratégias de controle na sociedade construída no romance.

Nas palavras de Negri (2015), biocapitalismo tem a ver não só com um desenvolvimento do capitalismo em termos de avanços relacionados às ciências e a industrialização e comercialização de fármacos de toda ordem – daí a referência a *bios*, ou vida – mas primordialmente à inserção de uma lógica produtivista em todas as camadas da vida social. Segundo o autor, o termo: “nomeia um capitalismo que para sua valorização e para seu benefício, já investiu para a totalidade da sociedade”. (NEGRI, 2015, p. 57-58). A noção segundo a qual agrupamentos de trabalhadores se organizavam e postulavam a existência de uma barreira aos objetivos do capital, noção que animou as revoluções baseadas nas forças de trabalho fabris nos anos 1900, havia de ser superada à medida que os avanços do capital permitissem a *des-organização* sistemática dessas forças. Esse desenvolvimento e a concomitante diversificação das “forças de trabalho” molda o capitalismo atual e faz emergir um sujeito bastante característico que muito se assemelha aos indivíduos “despossuídos” d' *A nova ordem*.

Em linhas gerais, Hardt e Negri (2014) traçam uma nova ontologia do indivíduo que vive sob a dinâmica da qual nem ao menos se dá conta. Tais indivíduos são, de acordo com a argumentação desses autores, 1) representados, 2) endividados, 3) mediatizados e 4) securitizados. Dois desses aspectos são mais visíveis no fluxo diegético d' *A nova ordem*. O primeiro aspecto, o dos sujeitos enquanto representados, expõe a estruturação das democracias ocidentais que ao criar mecanismos de representação parece cada vez mais esvaziar o indivíduo de potencialidade participativa no âmbito da *pólis*.

De maneira gradativa, esse esvaziamento, essa vontade de não tomar parte, ou seja, se abster, é o que desponta como um dos gatilhos para a instauração da Nova Ordem no romance de Kucinski. Já nas páginas iniciais um grupo de professores, os “catedráticos”, dedicam-se, através de bate-boca, a identificar a causa primordial da instauração da Nova Ordem. Kucinski constrói a cena de maneira a ironizar o diálogo acadêmico distanciado da práxis e aludindo à

inércia da elite intelectual. Um dos debatedores aponta os sindicatos dos trabalhadores como responsáveis pelas medidas adotadas na Nova Ordem, outro questiona se não seria o fato de termos falhado em ler as teses de Caio Prado – alusão ao famoso economista brasileiro – ou de João Miguel; outro, ainda, analisa o tipo de capitalismo que estruturou a sociedade brasileira diferenciando entre as nuances escravistas e feudais. O teor irônico se sobressai ao final da cena, quando descobrimos que, na verdade, esse grupo de catedráticos está à espera de seus algozes, na iminência de serem fuzilados:

- Quando eu descer deste estrado, os senhores vão caminhar ordeiramente, até onde lhes será indicado pelos soldados.
- O que vai acontecer conosco? Pergunta um catedrático ainda jovem, aproximando-se do coronel.
- Quem é o senhor? Pergunta o coronel.
- Sou o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina.
- As universidades federais não existem mais, retruca o coronel (KUCINSKI, 2019, p. 18).

Havemos de considerar, portanto, o gerenciamento dos corpos – como são reduzidos os indivíduos, já que não mais se supõe a viabilidade de um cultivo de subjetividades – para que se alcance a eficácia máxima na manutenção da ordem. A Nova Ordem, dessa forma, é representativa de uma ordem pré-existente, consolidada no país que pouco avançou em discussões pertinentes para se desvincular do passado de repressão civil-militar. O que está em curso n’*A nova ordem*, e que desponta como seu *leitmotiv*, é a radicalização da política de reversão da estrutura que sustenta a noção de *welfare state*, ou bem-estar social.

A partir de alguns relances do texto torna-se visível a revelação paulatina da destruição do Estado enquanto assegurador de políticas de amparo aos indivíduos, tendo este sido substituído pelo controle estritamente militar:

Há poucos carros. No cruzamento, duas crianças andrajosas esmolam. Uma delas, uma menina, parece não ter mais que quatro anos. Tem cabelos crespos emaranhados e olhos de espanto. Antes do advento da Nova Ordem, ela por certo estaria na creche da prefeitura (KUCINSKI, 2019, p. 24).

Aferimos dessa cena a sutil demonstração do esfacelamento de políticas de amparo social que são incorporadas na figura das crianças mendigas e do relato da não existência de creches, uma das principais reverberações de contextos autoritários no país, erguidos sob a ideia de que a educação formal é um privilégio das elites. E esse é o corolário de uma configuração social que declara de partida, através do narrador, que: “Defender o sistema financeiro é um dos objetivos nacionais permanentes da Nova Ordem.” (KUCINSKI, 2019, p. 59). Tomando como premissa essas formulações acerca da constituição política do presente, *A nova ordem* pode ser entendida já desde seu título como a grande transmutação no jogo de forças entre atores sociais

que aponta para a preservação e amplificação de uma política do extermínio dos excedentes. Um dos generais salienta: “O Brasil da Nova Ordem não precisa de 210 milhões de habitantes. Basta um mercado interno de 30 milhões de famílias, já que o agronegócio é voltado essencialmente para exportação.” (KUCINSKI, 2019, p. 126).

Ademais, a linha lógica que liga capitalismo e autoritarismo pode ser mais explicitamente visualizada aqui e faz remontar ao quarto aspecto, acima arrolado, identificador das figuras subjetivas da crise: o sujeito securitizado. Como afirmam Hardt e Negri (2014) o autoritarismo é cada vez mais aceito por parcelas da população para que se sintam menos ameaçadas pelos contingentes populacionais desprovidos de qualquer meio de subsistência: “se deixados à própria sorte, os pobres desempregados e subempregados podem, da perspectiva das forças da ordem, constituir classes perigosas.” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 37). Esses excedentes indesejáveis são constituídos por um grupo de corpos cuja proteção demandaria esforços e investimentos contrários à natureza do capital, ou seja, à sua autopetuação. Eles advêm, majoritariamente, do processo de exclusão das formas de trabalho e da modernização dos métodos de produção capitalista que visam sempre e tão somente o lucro, sem deixar margem para preocupações de cunho estritamente sociais.

Aqui entra em cena a elaboração radicalizada do mito fundador do neoliberalismo que apregoa que não existem sociedades, apenas indivíduos. Essa máxima desonera não só o Estado da obrigação de trabalhar em direção à construção de uma sociedade pautada pelo bem comum, como também implica a implosão dos próprios valores que são necessários à coexistência entre esses próprios indivíduos: estamos diante dos “empresários de si”. Wendy Brown (2015) dá forma à essa ideia nos seguintes termos:

[...] tanto as pessoas quanto os estados são construídos no modelo da empresa contemporânea, espera-se que tanto as pessoas quanto os estados se comportem de maneira que maximizem seu valor de capital no presente e aumentem seu valor futuro, e tanto pessoas quanto estados fazem isso por meio de práticas de empreendedorismo - investimento e / ou atração de investidores¹⁰ (BROWN, 2015, p. 22).

Ao debaterem sobre o extermínio de moradores de rua, utilizados como cobaias para experimentos que têm como objetivo implantar *chips* na população que visam o controle de seus sonhos, os militares revelam a natureza de suas ações:

- Então, os moradores de rua são apenas o começo?

¹⁰ [...] both persons and states are construed on the model of the contemporary firm, both persons and states are expected to comport themselves in ways that maximize their capital value in the present and enhance their future value, and both persons and states do so through practices of entrepreneurialism, self-investment, and/or attracting investors. (Nossa tradução do original em inglês).

- O começo não, porque já fizemos isso com os homos e com os trans; só que fizemos às escondidas e agora é às claras; depois dos moradores de ruas serão as prostitutas, os drogados, os aleijados, os cegos, os doentes mentais, os portadores de síndrome de Down. Esses inúteis todos. Outros objetivos, outro patamar (KUCINSKI, 2019, p. 125).

Esse simulacro do extermínio, de natureza metódica e precisão industrial, supervisionado de perto por agentes públicos, e que espelha uma lógica em curso na atualidade ocidental, ganha formulação teórica a partir da análise de Achille Mbembe ao discutir o conceito de necropolítica.

Lançando um olhar para o âmbito social novamente, poder-se-ia argumentar, que o próprio aparato institucional brasileiro, como se apresenta no presente, tornaria inviável um novo flerte com intenções autoritárias, seja por parte de militares, seja por parte dos próprios governantes. Parece-nos, no entanto, que a base dessa assertiva reside tão somente numa crença ingênua em valores humanistas que acreditamos subjazer às civilizações ocidentais democráticas. A lógica por trás desse argumento apontaria para um processo de desenvolvimento bifurcado: as instituições (nominalmente Ministérios Públicos, Juizados, Polícias, assim como a tripartição dos poderes, a aprimoração do processo de participação política) ao se consolidarem e se aprimorarem garantiriam de maneira imediata a consolidação de valores como liberdade, igualdade, solidariedade etc. No entanto, a tese é fraca se olharmos em retrospectiva a própria história da consolidação de tais instituições, como bem nos alerta Mbembe (2016).

Cada momento na história é apenas, e tão somente, uma configuração passageira, momentânea; nada no ordenamento corrente (ou nos ordenamentos anteriores) dos atores sociais, e de seus consequentes posicionamentos, pode assegurar um esvaziamento definitivo de qualquer inclinação a um *modus operandi* totalitário, sobretudo porque as próprias instituições não são entidades apartadas da vida social a se autoconfigurarem, mas antes submetidas ao controle de pessoas que por sua vez existem em contextos específicos, e estes passíveis de mudanças imprevisíveis. A figura de fundo que se forma através de uma narrativa distópica é o quadro inacabado de um processo frágil de consolidação de valores, que parecem sempre à mercê de uma maré autoritária que jamais se anuncia claramente, mas que pode desencadear retrocessos que põem a perder o pouco que foi construído.

A configuração ora irônica, ora ácida da narrativa se deve a uma alternância entre o teor crítico que remete diretamente aos acontecimentos políticos do ano de 2019 e ao tom jocoso com o qual Kucinski lida com caricaturas manifestadamente presentes na história da realidade política brasileira¹¹. É assim com a cena da esposa de um dos militares que assiste à TV:

¹¹ Apontemos, então, para alguns exemplos desde A nova ordem: “o Édito 14/2019 da Nova Ordem do Ensino Superior que fundiu os Ministério da Educação e da Cultura e do Esporte num só da Formação Moral e Cívica e fechou as universidades federais” (KUCINSKI, 2019, p. 18) e que “extinguiu as disciplinas de sociologia e

“Matilda distraia-se vendo sem muito interesse a série de tevê sobre uma seita anticristã de vestes vermelhas que sacrifica criancinhas num ritual macabro.” (KUCINSKI, 2019, p. 51); ou ainda

quando o autor zomba de um dos militares encarregados da administração da Nova Ordem, tão obcecado pela ideia de controle e que é traído pela esposa com outro militar: “Os encontros com o general começam logo em seguida, no início, furtivos. Não demorou, tornaram-se regulares, toda sexta-feira, assim que ele desembarca de Brasília. Matilda fica pouco para o Ariovaldo não desconfiar.” (KUCINSKI, 2019, p. 118).

O que se observa é a desmobilização, ou o esvaziamento completo do Estado. Tal desvirtuamento, como aludimos anteriormente, não poderá ser operacionalizado sem resistência. Dessa forma, tanto a resistência, que no romance é encarnada na figura dos utopistas, quanto o uso da força oriunda dos aparelhos repressores do Estado, retomam a lógica da história da consolidação e luta por avanços no cerne de sociedades democrática. O agravante, no caso de *A nova ordem*, é que por se tratar de uma distopia, a narrativa já se apresenta como relato de uma sociedade em pleno funcionamento, ou seja, não há mais um período de transição, mas antes o Estado como um Estado de exceção fazendo uso do autoritarismo e do extermínio para lograr êxito em sua empresa autodestrutiva.

O que está em jogo no romance é a perspectiva de desumanização gradativa perpetrada por medidas de cunho econômico que dão vazão à ascensão de regimes totalitários. Não sem razão, como se precisasse escrever a partir da necessidade de afirmar o óbvio, Kucinski elege apenas elementos essenciais para compor seu texto. Assim o faz com o intuito de ressaltar a questão maior e mais urgente dessa aparente circularidade do autoritarismo: já passamos por ele, e a ele retornaremos se reputamos como inescapável nossa atual forma de nos organizarmos em sociedade. Há, em suma, uma representação futurística paradoxal, porquanto não se propõe como mera antecipação de um tempo por vir, ou seja, mera continuidade catastrófica, mas antes intenciona urdir um jogo com o(s) tempo(s) histórico(s): é, em verdade, uma retomada de elementos inesgotáveis do passado objetivando uma crítica do presente.

Considerações finais

Este artigo buscou interpretar a obra *A nova ordem*, do autor brasileiro Bernardo Kucinski, situando-a na perspectiva da produção literária brasileira contemporânea. Para isso, a interpretação deteve-se em trechos de *A Nova Ordem* que revelaram sua identificação com o

política, psicologia, literatura, história e geografia, antropologia e línguas estrangeiras, e as substituiu pelas de Educação Moral e Cívica, Criacionismo e Estudos Bíblicos.” (KUCINSKI, 2019, p. 18) e o “Édito 09/2019 da Nova Ordem Ambiental que desobriga proprietários de manterem reservas florestais e matas ciliares; o artigo 4 libera todas as classes de agrotóxicos[...]” (KUCINSKI, 2019, p. 96). Além desses, os Editos ditam novas regras para produção artística, limitada pela censura; estabelecem a religião evangélica como oficial no país; extinguem a existência dos minifúndios; e substituem as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) pelas Diretrizes da Escola Sem Partido (DESP).

gênero distópico. Buscou-se demonstrar, por meio de passagens e diálogos presente na narrativa, como a escrita de Bernardo Kucinski é um exercício a um só tempo criativo e reflexivo. À medida que conjuga e reimagina elementos constitutivos do presente político da sociedade brasileira, marcado pela exclusão e extermínio de grupos indesejados e por práticas neoliberais de controle social, o autor obtém êxito ao imaginar os desdobramentos sociais iminentes, e assim, cria uma obra de alerta e urgência.

Nosso interesse residiu, sobremaneira, na própria práxis narrativa de Bernardo Kucinski, que consegue, no trado com a linguagem, com os personagens e com as situações apresentadas, direcionar nosso olhar para questões dessa ordem. Destarte, sua narrativa se movimenta entre dois polos: ora reconhecemos os arquétipos apresentados como constitutivos da história da sociedade brasileira – os engenheiros, advogados, militares e religiosos –, aproximando-se de um testemunho, a saber, o testemunho da falência de reconciliação entre classes que acarreta no estado de coisas da distopia; ora somos tomados pela prosa como se estivéssemos diante de um alerta, onde através de “Éditos”, ou decretos, que mantêm estreita ligação – na verdade, se inspiram sem quase nada alterar – com documentos e notícias que dão conta da realidade política e social do Brasil entre 2016 e 2019, o leitor é remetido a um perigo iminente da possibilidade da transfiguração de sua realidade social em algo absurdo.

Em suma, a distopia de Bernardo Kucinski é tecida a partir da intersecção entre dois eixos principais: uma leitura da realidade política do presente no Brasil dando a ver o flerte com o autoritarismo constitutivo do país, projetando seus desdobramentos; e a retomada desse histórico através do uso de elementos-chave do período ditatorial brasileiro. Nessa perspectiva, uma distopia à brasileira será tão mais representativa à medida que se construa com base nesse exercício e que tenha êxito ao sobrepor passado e presente fazendo emanar uma visão de futuro próximo em tom de alerta.

Referências bibliográficas

BROWN, Wendy. *Undoing the demos – neoliberalism’s stealth revolution*. New York: Zone Books, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Todavia, 2019. *E-book* (474p).

CLAEYS, Gregory. *Dystopia – a natural history*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

DALCASTAGNÉ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DYSTOPIA. In: DICIONÁRIO The penguin dictionary of literary terms and literary theory. England: Penguin Books, 1999.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7letras, 2017.

KUCINSKI, Bernardo. *A nova ordem*. São Paulo: Alameda, 2019.

KUCINSKI, Bernardo. *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. *Os visitantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LICARIÃO, Berttoni. Inventário de silêncios: memória e fotografia em A resistência, de Julián Fuks. In: DALCASTAGNÉ, Regina; DUTRA, Paula Queiroz; FREDERICO, Grazielle. *Literatura e direitos humanos*. Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 61-76.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Artes & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, 2016.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária – poesia e prosa*. São Paulo: Cultrix, 2012.

NEGRI, Antonio.; HARDT, Michael. *Declaração: isto não é um manifesto*. São Paulo: n-1 edições, 2016.

NEGRI, Antonio. *Biocapitalismo*. São Paulo: Iluminuras, 2015.

OLIVIERI-GODET, Rita; GARCIA, Mireille. Apresentação: literatura e ditadura. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. Universidade de Brasília, n. 60, maio/agosto 2020.

SILVA, Carlos Wender Souza. Bernardo Kucinski – A nova ordem. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. Universidade de Brasília, n. 60, maio/agosto 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.